

**Marcus Vinicius Rios Gonçalves**

Curso de  
**DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL**

**TEORIA GERAL**

21ª edição

2024

**saraiva** *jur*



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva **PA**

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

<b>Diretoria executiva</b>	Fávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência de conteúdo e aquisições</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Gerência editorial</b>	Livia Céspedes
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Samantha Rangel
<b>Design e produção</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Guilherme Salvador Lais Soriano Tiago Dela Rosa Verônica Reis Pivisan
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	Claudirene de Moura S. Silva
<b>Revisão</b>	Ivani Martins
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Marij Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**ISBN OBRA COMPLETA 978-85-538-0762-4**  
**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

G 635c	Gonçalves, Marcus Vinicius
	Curso de direito processual civil - v. 1 - teoria geral / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. - 21 ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
	464 p.
	ISBN: 978-85-5382-326-6 (impresso)
	1. Direito. 2. Direito processual civil. I. Título.
2023-2195	CDD 341.46 CDU 347.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito processual civil	341.46
2. Direito processual civil	347.9

**Data de fechamento da edição: 02-10-2023**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 10780 CL 808551 CAE 841898

# Índice

<i>Nota do autor</i> .....	V
----------------------------	---

## Livro I NOÇÕES GERAIS

<b>Capítulo I – INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1. As regras de conduta .....	1
2. Conflitos de interesses .....	2
3. Autotutela e jurisdição .....	2
4. Processo civil .....	3
5. Direito material e processual .....	4
6. Instrumentalidade do processo .....	4
7. Denominação e natureza do Direito Processual Civil .....	5
8. O Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	6
<b>Capítulo II – A LEI PROCESSUAL CIVIL</b> .....	<b>8</b>
1. Norma jurídica .....	8
2. Normas cogentes e não cogentes .....	9
3. Norma processual .....	9
4. Fontes formais da norma processual civil .....	11
4.1. A lei federal como fonte formal do processo civil .....	12
4.2. Constituição e leis estaduais .....	13
5. Jurisprudência (fonte não formal) .....	13
6. Interpretação da lei processual civil .....	15
7. Lei processual civil no espaço .....	18

8. Lei processual civil no tempo .....	19
8.1. Vigência.....	19
8.2. A lei processual nova e os processos em curso .....	19
9. Integração das lacunas na lei processual civil .....	21
9.1. Analogia .....	22
9.2. Costumes .....	22
9.3. Princípios gerais do direito .....	23

### **Capítulo III – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL..... 23**

1. Introdução .....	23
2. O processo civil no Brasil .....	25

### **Capítulo IV – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL ..... 28**

1. Introdução .....	28
2. Princípios gerais do processo civil na Constituição Federal .....	30
2.1. Princípio da isonomia.....	30
2.1.1. A isonomia e a ordem cronológica.....	32
2.1.1.1. Introdução – a ordem cronológica preferencial para que juízes e tribunais profiram sentenças ou acórdãos.....	32
2.1.1.2. Extensão do dispositivo .....	35
2.1.1.3. As exceções .....	35
2.1.1.4. Controle no cumprimento do dispositivo.....	38
2.2. Princípio do contraditório .....	39
2.3. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	45
2.4. Princípio da imparcialidade do juiz .....	45
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais .....	48
2.6. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	48
2.7. Princípio do devido processo legal.....	49
2.8. Princípio da duração razoável do processo .....	50

2.9. Princípio da fundamentação das decisões judiciais .....	51
3. Princípios infraconstitucionais .....	53
3.1. Princípio dispositivo .....	53
3.2. Princípio da persuasão racional (livre convencimento motivado).....	55
3.3. Princípio da oralidade .....	56
3.4. Princípio da boa-fé .....	59
3.5. Princípio da cooperação .....	60

## Livro II

# INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

<b>Capítulo I – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>Capítulo II – JURISDIÇÃO.....</b>	<b>63</b>
1. Introdução .....	63
2. Jurisdição, legislação e administração.....	64
3. Princípio da jurisdição .....	65
4. Espécies de jurisdição .....	65
5. Jurisdição e competência.....	66
5.1. Jurisdição internacional (jurisdição de outros Estados)....	66
5.1.1. A decisão estrangeira.....	67
5.1.2. Jurisdição do juiz brasileiro.....	68
5.1.3. Jurisdição concorrente .....	68
5.1.4. Jurisdição internacional exclusiva .....	69
5.1.5. Autoridade judiciária brasileira e direito material estrangeiro .....	70
5.1.6. Cooperação internacional.....	70
5.2. Competência interna .....	72
5.2.1. Noções sobre a estrutura do Poder Judiciário .....	72

5.2.2.	Conceito de foro e de juízo .....	73
5.2.3.	A competência de foro e de juízo .....	75
5.2.4.	Competência absoluta e relativa .....	76
5.2.5.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	77
5.2.6.	Critérios para a fixação de competência .....	78
5.2.7.	Regras gerais para apuração de competência .....	79
5.2.8.	Competência da justiça federal de primeira instância ....	80
5.2.9.	Competência da justiça federal de segunda instância ....	83
5.2.10.	A decisão sobre a existência de interesse da União e entidades federais .....	83
5.3.	Foro competente .....	84
5.3.1.	Foro comum (art. 46 do CPC) .....	85
5.3.2.	Foros especiais .....	87
5.3.3.	Competência para as ações em que a União é parte .....	93
5.3.4.	Competência para as ações em que figuram como parte os Estados federados ou o Distrito Federal ..	93
5.4.	Competência funcional .....	94
5.5.	Competência de juízo .....	94
5.6.	Os Juizados Especiais Cíveis .....	95
6.	A modificação de competência .....	96
6.1.	Prorrogação .....	96
6.2.	Derrogação .....	96
6.3.	Conexão .....	98
6.4.	Continência .....	103
7.	Prevenção .....	104
8.	Conflito de competência .....	105
9.	Cooperação nacional .....	107
	<b>Capítulo III – AÇÃO .....</b>	<b>107</b>
1.	Noções gerais .....	107
2.	Condições da ação .....	110

2.1.	Interesse de agir.....	111
2.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	112
2.2.1.	Legitimidade ordinária e extraordinária.....	112
2.2.2.	Legitimidade exclusiva ou concorrente .....	115
2.3.	Fim da possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.....	116
3.	Elementos da ação .....	117
3.1.	Partes .....	118
3.2.	Pedido.....	119
3.3.	Causa de pedir.....	120

## **Capítulo IV – EXCEÇÃO (O DIREITO DE DEFESA) .....** 123

## **Capítulo V – PROCESSO .....** 123

1.	Noções gerais.....	123
2.	Os diversos tipos de processo .....	124
3.	Pressupostos processuais.....	125
3.1.	Pressupostos processuais de eficácia .....	128
3.2.	Pressupostos processuais de validade.....	129
3.3.	Pressupostos processuais negativos.....	133

## Livro III

### OS SUJEITOS DO PROCESSO

## **Capítulo I – DAS PARTES E SEUS PROCURADORES.....** 135

1.	Das partes .....	135
2.	Curador especial .....	139
3.	O exercício da função de curador especial.....	143
4.	A integração da capacidade das pessoas casadas.....	143
5.	Suprimento judicial de consentimento .....	147

6. Regularização da capacidade processual e da representação processual .....	148
7. Dos deveres das partes e seus procuradores .....	149
8. Dos deveres das partes quanto às despesas e multas .....	156
9. Honorários advocatícios .....	157
10. Da gratuidade da justiça .....	163
11. Dos procuradores .....	165
12. Da sucessão das partes e seus procuradores .....	167
<b>Capítulo II – LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>172</b>
1. Introdução .....	172
2. Classificação do litisconsórcio .....	175
2.1. Litisconsórcio necessário .....	176
2.2. Litisconsórcio facultativo .....	179
2.3. Litisconsórcio unitário .....	183
2.4. Litisconsórcio simples .....	183
3. Momento de formação do litisconsórcio .....	184
4. A formação do litisconsórcio necessário .....	185
5. Regime do litisconsórcio .....	187
<b>Capítulo III – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....</b>	<b>190</b>
1. Introdução .....	190
2. Assistência .....	192
2.1. Assistência simples .....	192
2.2. Assistência litisconsorcial .....	197
2.3. Tipos de processo ou procedimento em que cabe a assistência .....	199
2.4. Poderes do assistente simples .....	201
2.5. Poderes do assistente litisconsorcial .....	204
2.6. Dos efeitos da sentença sobre o assistente simples e litisconsorcial .....	205
2.7. O procedimento de ingresso do assistente .....	208

3. Denúnciação da lide.....	208
3.1. Processos e procedimentos em que cabe a denúnciação ...	210
3.2. Hipóteses de cabimento – o art. 125.....	211
3.3. Legitimidade para denunciar e ser denunciado .....	215
3.4. Obrigatoriedade da denúnciação .....	215
3.5. Procedimento da denúnciação e a posição do denunciado ...	216
3.6. Denúnciação da lide sucessiva .....	219
4. Chamamento ao processo .....	220
4.1. Processos e procedimentos em que cabe o chamamento....	222
4.2. Hipóteses de admissibilidade.....	223
4.3. Procedimento .....	226
5. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	226
5.1. Débito e responsabilidade.....	228
5.2. A desconsideração como incidente .....	228
5.3. Procedimento .....	230
5.4. A decisão que resolve o incidente .....	232
5.5. A desconsideração da personalidade jurídica requerida na inicial (art. 134, § 2 <sup>o</sup> ) .....	233
6. Do <i>amicus curiae</i> .....	234
6.1. Requisitos para a intervenção .....	236
6.2. Procedimento da intervenção.....	237
<b>Capítulo IV – A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>238</b>
1. Introdução .....	238
2. O Ministério Público parte .....	238
3. O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica .....	241
4. Procedimento da intervenção ministerial.....	244
<b>Capítulo V – DO JUIZ .....</b>	<b>245</b>
1. Introdução .....	245
2. Impedimento e suspeição do juiz.....	246
3. Incidente de impedimento e suspeição.....	249

4. Poderes e deveres do juiz .....	251
5. A vedação ao <i>non liquet</i> e o julgamento.....	264
6. Da responsabilidade do juiz.....	266
<b>Capítulo VI – AUXILIARES DA JUSTIÇA.....</b>	<b>267</b>
1. Introdução .....	267
2. Dos conciliadores e dos mediadores.....	269
2.1. Centros judiciários de solução consensual de conflitos ....	271
2.2. Conciliação e mediação .....	272
2.3. Atuação do conciliador e do mediador .....	272
2.4. Princípios que regulam a conciliação e a mediação .....	274
2.5. Recrutamento dos conciliadores e dos mediadores .....	275
2.6. Escolha dos conciliadores e dos mediadores.....	277
2.7. Remuneração.....	277
2.8. Impedimentos .....	277
2.9. Responsabilização.....	278
2.10. Solução consensual de conflitos no âmbito administrativo...	278

## Livro IV

### DOS ATOS PROCESSUAIS

<b>Capítulo I – NATUREZA E ESPÉCIES .....</b>	<b>279</b>
1. Introdução .....	279
2. Classificação dos atos processuais .....	281
2.1. Atos da parte .....	281
2.2. Pronunciamentos do juiz .....	282
<b>Capítulo II – FORMA E REQUISITOS .....</b>	<b>285</b>
1. A forma dos atos processuais .....	285
1.1. A busca pela efetividade e duração razoável do processo deu ensejo à autorização para uso de meios eletrônicos e de informatização do processo.....	286

1.2.	Flexibilização do procedimento e negociação processual ...	288
2.	Requisitos dos atos processuais .....	291
2.1.	Requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais ...	291
2.2.	Requisitos gerais quanto ao lugar .....	294
2.3.	Requisitos gerais quanto ao tempo .....	294
2.3.1.	Ocasões para a realização dos atos processuais ....	295
2.3.2.	Férias forenses .....	296
2.3.3.	Prazos processuais .....	297
2.3.4.	Contagem de prazo .....	299
2.3.5.	Suspensão e interrupção do prazo .....	305
2.4.	Preclusão .....	305
2.4.1.	Espécies de preclusão dos atos das partes .....	306
2.4.2.	Preclusão, prescrição, perempção e coisa julgada ...	306
2.4.3.	Limites à preclusão .....	307
2.4.4.	Preclusão <i>pro judicato</i> .....	307
3.	Invalidade do ato processual .....	309
3.1.	Atos meramente irregulares .....	309
3.2.	Nulidades processuais .....	310
3.3.	Nulidades absolutas ou relativas .....	311
3.4.	A instrumentalidade das formas .....	313
3.5.	As nulidades e a interdependência dos atos processuais – o efeito expansivo das nulidades .....	314
3.6.	A regularização do processo – modos de superar os vícios ...	315
3.7.	Atos processuais ineficazes .....	316

### **Capítulo III – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....** 316

1.	Introdução .....	316
2.	Carta rogatória .....	317
3.	Carta de ordem .....	318
4.	Carta precatória .....	318
5.	Carta arbitral .....	320
6.	Requisitos gerais das cartas .....	321

7. Citação.....	322
7.1. Citação direta e indireta.....	323
7.2. Oportunidade da citação .....	325
7.3. Espécies de citação .....	326
7.3.1. Citação por meio eletrônico .....	327
7.3.1.1. Citação por meio eletrônico via portal próprio (Lei n. 11.419/2006) .....	328
7.3.1.2. Citação por meio eletrônico enviada a endereço cadastrado em banco de dados (citação eletrônica por <i>e-mail</i> ) .....	329
7.3.2. Citação pelo correio .....	332
7.3.3. Hipóteses em que não cabe a citação por meio eletrônico e por correio .....	332
7.3.4. Citação por mandado .....	333
7.3.4.1. Citação com hora certa .....	334
7.3.5. Citação pelo escrivão ou pelo chefe de secretaria..	336
7.3.6. Citação por edital.....	336
7.4. Efeitos da citação .....	338
8. Intimação.....	341
8.1. Formas de intimação .....	341
8.1.1. Intimação por meio eletrônico .....	342
8.1.2. Intimação pela imprensa .....	342
8.1.3. Intimação pelo correio .....	344
8.1.4. Intimação por mandado .....	344
8.1.5. Intimação por edital.....	344
<b>Capítulo IV – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....</b>	<b>345</b>

## Livro V

### DA TUTELA PROVISÓRIA

<b>Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>349</b>
1. Introdução.....	349

2. O tratamento conjunto.....	349
3. Breve evolução dos institutos.....	350
4. O exame da tutela provisória.....	352
<b>Capítulo II – CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES.....</b>	<b>353</b>
1. Conceito.....	353
2. A tutela provisória e a efetividade do processo.....	353
3. Classificações.....	354
3.1. Tutelas provisórias antecipada e cautelar.....	354
3.1.1. Tutela provisória antecipada – a satisfatividade em caráter provisório.....	355
3.1.2. Tutela provisória cautelar – em que consiste?.....	356
3.2. Tutelas provisórias de urgência e da evidência.....	357
3.3. Tutelas provisórias de urgência antecedentes e incidentais....	358
3.4. As combinações possíveis entre as diversas classificações...	359
<b>Capítulo III – CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>359</b>
1. Tutelas provisórias e liminares.....	359
2. Sumariedade da cognição.....	361
3. Provisoriedade.....	362
4. Revogação, modificação e cessação de eficácia.....	362
5. Tutela provisória antecipada não se confunde com julgamento antecipado do mérito.....	364
6. Poder geral do juiz para conceder tutelas provisórias.....	365
6.1. Faz sentido falar em fungibilidade das tutelas provisórias? ...	367
6.2. Faz sentido falar em tutelas nominadas e inominadas?.....	368
7. Tipos de processo em que cabe tutela provisória.....	369
7.1. Caberia tutela provisória em execução?.....	370
8. Competência.....	371
8.1. A possibilidade de a tutela provisória de urgência ser examinada por juízo incompetente.....	372

<b>Capítulo IV – TUTELA DE URGÊNCIA.....</b>	<b>373</b>
1. Introdução .....	373
2. Requisitos .....	373
2.1. Requerimento.....	373
2.2. Elementos que evidenciem a probabilidade do direito .....	375
2.3. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo ( <i>periculum in mora</i> ) .....	376
2.4. A não irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência antecipada .....	377
2.5. Tutelas de urgência e proporcionalidade .....	378
3. Caução.....	379
4. Responsabilidade civil do requerente .....	379
 <b>Capítulo V – TUTELA DA EVIDÊNCIA.....</b>	 <b>380</b>
1. Introdução .....	380
2. Natureza da tutela da evidência.....	381
3. Cognição sumária e caráter provisório.....	382
4. Requisitos .....	382
4.1. Requerimento .....	382
4.2. Que estejam presentes as hipóteses previstas no art. 311 e seus incisos do CPC.....	383
4.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	383
4.2.2. Alegações de fato que podem ser comprovadas do- cumentalmente, havendo tese firmada em julgamen- to de casos repetitivos ou em súmula vinculante ..	383
4.2.3. Pedido reipersecutório fundado em prova docu- mental adequada do contrato de depósito .....	384
4.2.4. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do au- tor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.....	385
4.3. A não irreversibilidade dos efeitos do provimento é requi- sito também da tutela da evidência?.....	385

4.4. A situação da incontrovérsia de um ou mais pedidos ou de parte deles .....	386
5. Responsabilidade civil nos casos de tutela da evidência.....	386

## **Capítulo VI – TUTELAS PROVISÓRIAS ANTECEDENTES E INCIDENTALS .....**

**387**

1. O momento para a concessão da tutela provisória .....	387
2. As tutelas provisórias incidentais.....	387
2.1. Tutela provisória na fase de sentença? .....	388
3. A tutela provisória antecedente .....	389
3.1. Competência .....	389
3.2. Processo único.....	390
3.3. Tutela de urgência antecedente de natureza antecipada....	390
3.3.1. O deferimento da tutela provisória antecipada antecedente .....	391
3.3.1.1. Citação do réu.....	392
3.3.1.2. A estabilidade da tutela antecipada concedida em caráter antecedente .....	392
3.3.1.3. As providências para rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estável.....	396
3.3.1.4. Finalidade da estabilidade .....	397
3.3.1.5. Dificuldades em relação à estabilidade... ..	398
3.4. Tutela provisória antecedente de natureza cautelar.....	399
3.4.1. Considerações gerais .....	399
3.4.2. Procedimento .....	399
3.4.2.1. A petição inicial.....	400
3.4.2.1.1. A indicação da autoridade judiciária para a qual é dirigida e das partes .....	400
3.4.2.1.2. Lide e seus fundamentos.....	400
3.4.2.1.3. A pretensão e a causa de pedir da pretensão cautelar antecedente .....	401
3.4.2.1.4. Valor da causa.....	402

3.4.2.2.	A liminar .....	402
3.4.2.3.	Citação do réu .....	403
3.4.2.4.	Resposta do réu .....	403
3.4.2.5.	Formulação do pedido principal .....	404
3.4.2.6.	Eficácia da tutela cautelar .....	405
3.4.2.6.1.	Perda de eficácia quando não deduzido o pedido principal no prazo de trinta dias .....	406
3.4.2.6.2.	Perda de eficácia por falta de execução dentro de trinta dias...	407
3.4.2.6.3.	Perda de eficácia quando o juiz declara extinto o processo principal, com ou sem resolução de mérito .....	407
3.4.2.7.	Decisão .....	407
4.	O art. 301 do CPC e a enumeração de algumas tutelas cautelares nominadas .....	408
4.1.	O arresto .....	408
4.2.	O sequestro .....	409
4.3.	O arrolamento de bens .....	410
4.4.	O registro do protesto contra a alienação de bens .....	411

## Livro VI

### FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL

<b>Capítulo I – FORMAÇÃO DO PROCESSO .....</b>	<b>413</b>
1. Propositura da demanda .....	413
2. Impulso oficial .....	416
<b>Capítulo II – SUSPENSÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO .....</b>	<b>418</b>

<b>Capítulo III – EXTINÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO .....</b>	<b>422</b>
1. Introdução .....	422
2. Extinção do processo sem resolução de mérito.....	423
2.1. Consequências da extinção do processo sem resolução de mérito.....	427
2.2. Extinção do processo e contraditório .....	429
2.3. A possibilidade de retratação, caso haja apelação .....	430
3. Da resolução de mérito .....	430
<i>Bibliografia</i> .....	435